

## ■ COMENTÁRIOS &amp; PERSPECTIVAS

From Brazil

## Um governo sem prioridades

Maria Clara R. M. do Prado



**P**ressões, descontentamento, discórdia.

Mal se tomou conhecimento do conteúdo das medidas de ajuste fiscal, e começam a surgir críticas dentro e fora do governo.

É natural que isso aconteça em regime democrático. Afinal, o ato de discordar é direito de qualquer um.

Não deixa de ser estranho, porém, que aconteça dentro da esfera do Poder Executivo. Ainda mais quando a queixa tornada pública parte do núcleo de auxiliares mais próximos e da maior confiança do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Indica que o presidente, depois de quase quatro anos de mandato, não conseguiu montar uma equipe coesa e integrada.

As divergências têm como foco o mesmo

ponto que as sustentam desde o dia 1º de janeiro de 1995.

Ou seja, a política de valorização cambial, que na visão de alguns influentes políticos obriga o governo a praticar juros elevados, comprometendo o nível da atividade econômica e gerando desemprego.

Essa política estaria patrocinando a expansão do déficit público pela via do encarecimento dos custos da dívida interna do governo. As verbas destinadas à saúde e à educação ficam sem espaço para crescer. Na verdade, tendem a encurtar.

É preciso colocar os pingos nos is.

Não há dúvida de que, entre todas as medidas anunciadas, a mais corajosa foi justamente a que introduziu um corte de R\$ 8,7 bilhões na rubrica do orçamento conhecida como "outras despesas correntes e de capital", vulgarmente chamada de OCC.

Houve ameaças no passado, mas desde o Plano Real o governo preferia fingir que não via. O OCC era sempre desequilibrado, os ministros ficavam todos satisfeitos, mas na hora de soltar o dinheiro cabia ao secretário

do Tesouro Nacional a árdua tarefa de segurar o caixa.

Pressionada pela crise cambial, a equipe econômica toma coragem e convence o presidente da imperiosa necessidade dos cortes. Há razão para isso, todos reconhecem.

O ponto nevrálgico aqui não é o tamanho do corte, nem a iniciativa do corte, mas, sim, o processo do corte.

Não deixa de ser mais cômodo passar a faca indiscriminadamente pelos mais variados tipos de despesa. Evita que uns ministros se sintam mais desprestigiados do que outros. É a melhor alternativa para quem não quer se chatear.

Mostra, contudo, uma falha de conteúdo do ato de governar. Torna explícita a total ausência de um programa de governo, já que prioridades não há.

Pouco importa se durante a campanha eleitoral o grande gancho foi a tese do investimento no social. A considerar o corte

linear do OCC e as reclamações do ministério da Saúde, suspeita-se que as promessas de campanha sejam já fato do passado.

A rigor, não é fácil definir prioridades.

Independentemente do que foi prometido aos eleitores, alguns hão de perguntar: por que deveria o governo privilegiar investimentos para que o cidadão brasileiro viva

com mais saúde e tenha um melhor nível educacional ao invés de gastar na conservação de estradas ou nos programas de reforma agrária?

Nenhum governo que se preza pode escapar da responsabilidade de defi-

nir prioridades.

O presidente tem legitimidade suficiente para isso. Seu programa de campanha é a base sobre a qual teria de governar. Só ajudaria: colocaria para correr os fisiológicos, calaria a boca dos insatisfeitos, evitaria a pressão por interesses individuais.

Mais ainda, evitaria brigas internas dentro

do próprio Poder Executivo. Ganhos e perdas devem ser imputados à atuação do presidente da República e não à conta pessoal de seus ministros.

Do jeito como tem sido feito, acaba-se prejudicando áreas carentes de investimento. Os respingos, propositais ou não, podem comprometer carreiras políticas.

Esse emaranhado de interesses e de disputas internas seria facilmente evitado se desde o início ficasse claro que o partido do presidente eleito tem promessas a cumprir.

Um governo que não tem programa, que não tem prioridades, que não define onde quer chegar, não pode fazer do orçamento um instrumento efetivo de suas ações.

Em qualquer país civilizado, o orçamento é a mais importante peça política de um governo. Permite ao cidadão acompanhar onde são gastos os impostos que paga. Isso requer a definição de prioridades de acordo com as diretrizes do partido que está no governo. É para isso que os governantes são eleitos. ■

(Esta coluna sai todas as terças, quintas e sextas-feiras)

**O corte de R\$ 8,7 bilhões no OCC foi a medida mais corajosa do ajuste, mas não se deve passar a faca sem definir critérios**